



**PREFEITURA DE
ARCEBURGO**

Prefeitura Municipal de Arceburgo
Estado de Minas Gerais

TERMO JUSTIFICATIVO DE INEXIGIBILIDADE

Objeto: Parceria entre a Administração Pública Municipal e Organizações da Sociedade Civil, neste caso especificamente o Asilo Paroquial Francisco Lima de Souza Dias, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 16.953.929/0001-75, para celebração de Termo de Colaboração, com embasamento na Lei Federal n.º 13.019/2014 e regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 031/2017.

Em reunião, a Comissão Permanente de Seleção para processamento e julgamento de Chamamento Público, após deliberação, conclui, com base nas disposições legais da Lei Federal n.º 13.019/2014 e alterações posteriores, que o referido processo se enquadra perfeitamente na modalidade de INEXIGIBILIDADE.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A Lei Federal n.º 13.019/2014, substancialmente alterada pela Lei Federal n.º 13.204/2015, estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as OSC's - Organizações da Sociedade Civil - em regime de mútua cooperação, a fim de atender o interesse Público e recíproco, buscando a aproximação de políticas públicas com as realidades locais, por meio de execução de atividades ou de projetos previamente determinados em Planos de Trabalho inseridos em Termos de Colaboração atendendo a legislação vigente.

No art. 2º, inciso I, da Lei Federal n.º 13.019/2014, com as alterações interpostas pela Lei n.º 13.204/2015, considera:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - organização da sociedade civil: (Redação dada pela Lei n.º 13.204, de 2015)

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; (Incluído pela Lei n.º 13.204, de 2015)



PREFEITURA DE
ARCEBURGO

Prefeitura Municipal de Arceburgo
Estado de Minas Gerais

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999 ; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015);

No art. 2º, inciso XII, da Lei Federal nº 13.019/2014, considera:

XII - chamamento público: procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;

Conforme se depreende da dicção da norma acima, alguns casos fogem a regra, e um deles é justamente quando há inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, sendo esta a disposição encontrada do artigo 31, incisos I e II da Lei Federal nº 13.019/2014, com as alterações interpostas pela Lei nº 13.204/2015, abaixo transcrito:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso



PREFEITURA DE
ARCEBURGO

Prefeitura Municipal de Arceburgo
Estado de Minas Gerais

internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos; (Incluído pela Lei n° 13.204, de 2015)


II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3° do art. 12 da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela Lei n° 13.204, de 2015)

Justificamos esse procedimento pela verificação que a entidade **Asilo Paroquial Francisco Lima de Souza Dias**, inscrito no CNPJ/MF 16.953.929/0001-75, de acordo com o parecer jurídico, atende a exigência legal que impõe inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil.


No caso em tela, após análise aprofundada feita em âmbito local, foi constatado que somente a entidade **Asilo Paroquial Francisco Lima de Souza Dias** exerce trabalhos significativo em serviços de acolhimento e hospedagem para idosos em instituição de longa permanência neste município.

Prefeitura Municipal de Arceburgo, 09 de janeiro de 2026.

COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO



DULCINEIA INACIO COSTA DE PAULA
Presidente



CRISTIANE APARECIDA ALVES ANDRADE
Secretária



MARIA EDUARDA LIMA SILVA
Membro



MUNICÍPIO DE ARCEBURGO
ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Poder Executivo

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCEBURGO – EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO 003/2026 – DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2026 – OBJETO: PARCERIA ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, NESTE CASO ESPECIFICAMENTE O ASILO PAROQUIAL FRANCISCO LIMA DE SOUZA DIAS, INSCRITO NO CNPJ/MF SOB N.º 16.953.929/0001-75, PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO, COM EMBASAMENTO NA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 E REGULAMENTADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 031/2017 – VALOR TOTAL: R\$18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS).



MUNICÍPIO DE ARCEBURGO
ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Poder Executivo

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que o Extrato do Termo de Colaboração 003/2026, do processo de Dispensa de Chamamento Público n.º 003/2026, visando à **Parceria entre a Administração Pública Municipal e Organização da Sociedade Civil**, neste caso especificamente neste caso especificamente o **Asilo Paroquial Francisco Lima de Souza Dias**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 16.953.929/0001-75, para celebração de Termo de Colaboração, com embasamento na Lei Federal n.º 13.019/2014 e regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 031/2017, foi publicado no dia **21/01/2026** no mural da Prefeitura Municipal de Arceburgo, na **Rua Coronel Cândido de Souza Dias n.º 1033, Centro, Arceburgo - MG** e no site oficial do Município, nos termos do art. 79 da Lei Orgânica Municipal.

Arceburgo/MG, 21 de janeiro de 2026.

MARGARETH OLIVEIRA ANACLETO

Prefeita do Município de Arceburgo/MG